

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

ADRIANO TORMENA

**REDES E AGENDA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO “O SUL É MEU PAÍS”**

Florianópolis
2018

ADRIANO TORMENA

**REDES E AGENDA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO “O SUL É MEU PAÍS”**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do diploma de Bacharel em
Ciências Sociais na Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr Marcelo S. Serran
de Pinho

Florianópolis
2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SEPARATISTAS	11
2.1 O SEPARATISMO NA HISTÓRIA BRASILEIRA.	12
2.2 O SUL DO BRASIL E OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS.	15
2.3 O MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS.....	17
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO	21
3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS.....	21
3.2 JANELAS DE OPORTUNIDADES E MÚLTIPLOS FLUXOS.....	29
3.3 REDES SOCIAIS E ARTICULAÇÃO POLÍTICA.....	32
3.4 O PLEBISCITO E SEU USO POLÍTICO	39
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS, SITES E DOCUMENTOS DO MOVIMENTO.	40
4.1 RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO.....	44
4.2 OS MECANISMOS POLÍTICOS	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO	57
ANEXO 1 – QUEBRA-CABEÇA MÚNDI	58
ANEXO 2 -	59
ANEXO 3 - DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DA INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS.....	60
ANEXO 4 - ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS LÍDERES DO MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS.....	63

1. INTRODUÇÃO

Na história da formação social e política brasileira, desde o período colonial, os movimentos separatistas foram formados em certos territórios a fim de buscar sua autonomia política, econômica e administrativa em relação a Metrópole Portuguesa. O vasto território, a relação de identidade com a terra e a percepção das diferenças em termos de objetivos com a Metrópole desenvolvidas a partir do século XVIII, se manifestaram inicialmente em movimentos locais, como a Revolta de Beckman no Maranhão, em 1684, a Guerra dos Mascates em Pernambuco, de 1710 a 1713, e o levante de Felipe do Santos em Minas Gerais, em 1720 (MACEDO, 1995).

A região sul do Brasil também foi marcada por inúmeras revoltas pela busca de autonomia da região. No século XVIII, o índio Guarani Sepé Tiaraju havia declarado que “esta terra tem dono”, durante a guerra guaraníca, que acabou destruindo as missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, Paraná, Argentina e Paraguai. A revolução Farroupilha, no século XIX, “explodiu” na República Rio-Grandense de 11 de setembro de 1836 e na República Juliana em Santa Catarina. Ainda hoje se comemora, na semana do dia 20 de setembro, a Revolução Farroupilha em inúmeras cidades do Sul do País e centros de tradições gaúchas espalhadas pelo Brasil (LUVIZOTTO, 2009 p.40).

Nos últimos 30 anos vem ganhando força as ideias e articulações do movimento *O Sul é o meu País*. Baseando-se no conceito de autodeterminação dos povos, o movimento visa a separação dos três estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inspirados em movimentos separatistas de outros países, o movimento busca viabilizar estudos e plebiscitos consultivos sobre a construção de um estado-nação sulista, com pautas democráticas e ancorado na ação política pacifista para organizar o desmembramento dos três estados que constituem o sul do Brasil (SUL, 2017).

A presente monografia tem como objetivo analisar o movimento separatista *O Sul é meu País*, a partir de seus ideais na articulação de sua agenda política e suas estratégias de ação/mobilização historicamente construídas até o momento presente. Para tanto, serão analisados os documentos e a apresentação do movimento em plataformas digitais e serão realizadas entrevistas semi-abertas com os seus principais líderes. Buscarei entender, portanto, quais são suas motivações e como o movimento irá estruturar seus objetivos em termos de agenda política. Por fim, a monografia irá revelar os passos dados pelo movimento desde o

início de sua formação e fazer apontamentos sobre suas proposições futuras.

2. BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SEPARATISTAS

O termo *separatismo* indica a tendência de um grupo social ou nacional, englobado em uma estrutura política estatal ampla de se separar buscando sua autonomia política, administrativa e econômica. Diferencia-se do *autonomismo* que por vezes reivindica também a autonomia linguística, religiosa e etc (BOBBIO et al, 1998).

Os movimentos separatistas são historicamente identificáveis desde épocas mais remotas, se relacionando com a formação dos estados modernos. Movimentos separatistas contra a supremacia de grandes impérios como o austríaco e otomano, que no primeiro caso deram-se na Polônia (mas aqui também nas zonas sujeitas à Prússia e à Rússia após o terceiro e último desmembramento de 1795), nas regiões do Lombardo-Veneto durante o Ressurgimento italiano, nas zonas do médio Oriente e da África setentrional, muitas vezes sob o impulso dos ideais pan-islâmicos ou pan-arábicos. A separação do estado livre da Irlanda da Grã-Bretanha e, mais tarde em 18 de abril de 1945 a proclamação como republica desligada da Commonwealth (BOBBIO et al, 1998).

A Catalunha e os Países Bascos têm um caráter autonomista e separatista, com grandes manifestações entre 1936-1939. Manifestações separatistas também no terceiro mundo no quadro global de descolonização como o caso de Biafra, na Nigéria, iniciada em 30 de maio de 1967 e tragicamente concluída com a rendição a 12 de janeiro de 1970 (BOBBIO et al, 1998).

Na Itália, as causas separatistas estiveram acompanhando a história do país. Após as primeiras décadas da unificação política do país, o movimento siciliano que outrora era o reino borbônico centralizado em Nápoles, reacende com mais explosividade no pós-guerra multiplicando suas raízes na Sardenha e nas zonas fronteiriças do Norte, especialmente no Valle d'Aosta. Nem a classe dirigente pré-fascista conseguiu absorver esse movimento englobando ele no estado italiano: tais eventos foram, em todo caso, superados dentro dos princípios da Constituição republicana (cf. Tít. V), mediante a concessão de "formas e condições particulares de autonomia" às duas grandes ilhas e às três regiões que englobavam importantes minorias étnicas — Valle d'Aosta, Trentino-Alto Adige e Friuli-Venezia Giulia (BOBBIO et al, 1998)

Movimentos separatistas em todo o mundo nos dois últimos séculos tem obedecido a certos padrões bem definidos, se caracterizando como movimentos com bases nacionalistas ou de libertação nacional. Este último caso ocorre quando um grupo que habita determinado território e possui uma identidade cultural, étnica, linguística e um passado em

comum, busquem reivindicar o direito a se autodeterminar e a ter soberania socioeconômica e política. Um outro padrão de motivação separatista, de natureza econômica, se caracteriza pelo desenvolvimento mais proeminente de certas regiões em detrimento de regiões menos desenvolvidas, o que leva ao argumento de que as regiões mais desenvolvidas “sustentam” economicamente aquelas menos desenvolvidas, como exemplo a Lega Nord (Liga Norte) da Itália, onde o movimento argumenta que o norte desenvolvido “sustenta” o sul agrário (BANDEIRA, 1993).

Essas características do passado podem ser encontradas nos movimentos separatistas da atualidade e que estão em curso no mundo todo, a partir do processo de homogeneização de determinado grupo humano que os distingue da unidade política da qual fazem parte. As estruturas políticas (império, federação, republica confederação) na qual esses grupos fazem parte, já não atendem mais a demanda de reivindicações políticas e econômicas, fazendo com que surjam movimentos que busquem a superação e separação dessas unidades políticas, sendo solos férteis para a proliferação de ideologias nacionalistas (BANDEIRA, 1993).

Os exemplos mais antigos de movimentos separatistas no mundo de caráter nacionalista são os Impérios Otomano no século XIX, Austro-Húngaro após a Primeira Guerra Mundial, além da Irlanda. Na atualidade, o movimento mais proeminente é o da Catalunha na Espanha, que no dia 1 de outubro de 2017 realizou um plebiscito que pedia a independência da Catalunha em relação da Espanha, onde 43% da população optou pela separação da região, mas o plebiscito não foi reconhecido pelo governo Espanhol e que dias depois destituiu o parlamento regional Catalão, convocando eleições gerais para o dia 21 de outubro do mesmo ano (LOUREIRO, 2017 in BBC BRASIL).

O mapa 1, em anexo, visa demonstrar as regiões que já obtiveram a separação e as que estão em curso no presente momento.

2.1 O SEPARATISMO NA HISTÓRIA BRASILEIRA.

Na história brasileira, o separatismo esteve presente em diversas regiões do país desde o período regencial. O país apresentava uma crise profunda de caráter econômico e financeiro, com o declínio de produtos tradicionais como o algodão, açúcar, fumo e o café, deixando grande parte da população vivendo na miséria. A disputa de poder entre as elites criava uma agitação social e revoltas provinciais.

De 1835 à 1840 surge no Pará a *Cabanagem*, uma revolta das populações que viviam em cabanas as margens dos rios e em péssimas condições de sobrevivência. A elite agrária que detinha forte influência política em Belém no período do Brasil-Colônia, estava perdendo essa influência devido a ascensão de Dom Pedro I ao trono. Os escravos, índios e mestiços que vivam em cabanas nas margens dos rios e em péssimas condições, aderiram a revolta, pois havia um grande descaso do governo regencial para com eles, com isso, as elites locais não tiveram dificuldades de estimular a revolta. Félix Clemente Malcher se reuniu com os irmãos Antônio, Francisco e Manuel Vinagre e os jornalistas Eduardo Angelim e Vicente Ferreira Lavor em sua fazenda na intenção de organizar um motim para bater de frente com o governo, mas uma investida o exército conseguiu capturar Félix e assassinar Manuel Vinagre, em novembro de 1834. Dessa forma, Antônio Vinagre em 1835, organizou um motim que culminou na invasão do palácio do governo de Belém, assinando o então governador Lobo de Sousa e nomeando Clemente Malcher seu sucessor. As divergências ideológicas logo apareceram, Malcher o então governador, jurou obediência a coroa portuguesa, e sob ataque da tropa liderada por Vinagre, Malcher foi assassinado, tendo seu corpo exibido pelos cabanos. Então Vinagre assume o cargo, afim de levar suas ideias progressistas adiante, mas também “roeu a corda”, declarando obediência a coroa. Em 1836, o governo central do Pará ordenou um bombardeio geral, nas imediações dos esconderijos dos cabanos, enfraquecendo o movimento. Em 1840 chega ao fim o movimento, com o resultado de um dos maiores massacres da história, com mais de 40 mil mortos (SILVA, 2009).

A *Balaçada* no Maranhão entre 1838 à 1841 tem um caráter popular e foi um intenso combate contra a fome a miséria e os abusos das elites e das autoridades regenciais, e teve esse nome, pois seu principal líder Manoel Francisco dos Anjos Ferreira era fabricante de balaios da região. Essa revolta se distingue das outras por ter um caráter popular contra os grandes proprietários. Na época, a economia maranhense se baseava no algodão e estava em crise, devido a forte concorrência do mercado internacional. A classe média maranhense estava insatisfeita politicamente, flertava com ideais liberais difundidos pelos opositores da monarquia e adeptos do republicanismo. Fundaram um jornal chamado “bem-te-vi” para propagar os ideais republicanos e lutar contra os grandes proprietários, com isso, a classe média se aproxima dos mais pobres, afim de organizar uma revolta. A revolta eclodiu em 1838 e em 1839, conseguiram tomar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão. Organizaram um governo provisório, que em uma das medidas

foi expulsar os portugueses residentes da cidade. Logo a revolta se radicalizou, cenas de banditismo e vingança social eram corriqueiras, surgiram novos líderes como o ex-escravo Cosme Bento e o vaqueiro Raimundo Gomes. Essa radicalização fez com que a classe média abandonasse o movimento e até mesmo a apoiar as forças regenciais. O movimento foi contido em 1841, com um saldo de mais de 12 mil mortos (CANCIAN, 2005).

A revolução farroupilha (1835-1845) surge do sentimento da perda da importância do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Foi uma luta das elites locais em defesa dos seus interesses econômicos, sendo uma revolta das mais conservadoras do período regencial, enquanto as revoltas do norte e nordeste tinham um caráter mais progressista. A ascensão do café como novo setor da economia que reintegraria o Brasil no mercado internacional e a diminuição da taxaço do charque estrangeiro, revoltaram os gaúchos, pois o principal produto do Rio Grande do Sul era o charque que abastecia o mercado interno, essa medida fez com que os gaúchos se rebelassem contra o império português (MACEDO, 1995 p.18).

Em 20 de setembro de 1835 as tropas farroupilhas marcham sobre Porto Alegre, Bento Gonçalves líder da revolução deu posse ao vice-presidente da província, Marciano Ribeiro, proclamando a República Rio-grandense. Em alguns dias todas as cidades gaúchas estavam sob o domínio dos farrapos, menos Rio Pardo, São Gabriel e Rio Grande que ficaram sob o poder do império. Após anos de batalhas, ambos os lados assinaram o tratado do Poncho Verde, que uma das medidas era aumentar a taxaço do charque estrangeiro, o que agradou a oligarquia gaúcha (FABER, 2007).

Nesse contexto, o que manteve a unidade do território brasileiro foi o interesse das elites em manter o sistema escravagista, e também a vinda da corte portuguesa para o novo país, o que não ocorreu na América espanhola, onde diversos países foram formados (BANDEIRA, 1995). Assim pode se consolidar um alto grau de padronização no país, embora haja pequenas diferenças regionais. A difusão dos meios de comunicação em massa contribuiu significativamente para o processo de homogeneização do território, e a obrigatoriedade do uso do idioma Português no estado novo em 1930, consolidou o processo, fazendo com que o contingente de imigrantes do último século adotasse a unidade federativa, desconstruindo parte das ligações culturais com seus países de origem (BANDEIRA, 1993).

O caráter separatista no Brasil tem pouca conexão com o sentimento nacionalista, e as características étnicas culturais

desempenham um papel secundário para a motivação separatista. Com maior relevância neste contexto estão as motivações políticas e econômicas, sendo que os estopins para tais movimentos separatista são as crises que assolam o país desde a sua criação, sendo esse um reflexo do sistema capitalista global (BANDEIRA, 1993 p.210).

Além de movimentos que buscam a criação de novos países, no Brasil, há também movimentos que buscam se consolidar como novos estados da federação, estando no congresso nacional, processos de desmembramento, desde a década de 90, sendo que umas estão mais avançadas e outras em caráter especulativo. As propostas avançadas são as representadas pelos novos Estados do Maranhão do Sul, Gurgueia, Carajás, Tapajós, Rio São Francisco, Mato Grosso do Norte e Triângulo. Estas, além de terem sido apresentados projetos de Lei, já foram discutidas no plenário. As outras propostas, ainda em fase de especulação, seriam a criação dos Territórios Federais do Marajó, Alto Rio Negro e Oiapoque, todos na região Norte, e do Estado de Solimões. Ainda seriam criados os Estados de São Paulo do Leste e Minas do Norte, e recriado o Estado da Guanabara na região Sudeste. Na região Centro-Oeste, além do Mato Grosso do Norte, ainda seriam criados os Estados do Araguaia e do Planalto Central. Caso aprovadas essas propostas, o Brasil passaria a ter 32 estados além do Distrito Federal. (HADDAD; FERREIRA NETO; PEROBELLI, 2012 p.532). O Mapa 2, em anexo, demonstra como seria a nova subdivisão do país, caso se consolidasse a proposta mais avançada.

As motivações para tal empreitada giram em torno de questões políticas, integração regional e tamanho da região. Cabe esclarecer que o demonstrado aqui é apenas uma forma de exemplificar a questão separatista no Brasil e que ela ocorre em diferentes níveis, não sendo o objetivo dessa monografia se aprofundar no tema do separatismo regional.

2.2 O SUL DO BRASIL E OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS.

Os movimentos separatistas do Brasil encontram solo fértil para suas ideias quando há momentos de crise, na década de 80 (a década perdida), quando a crise do pacto federativo mostra sua incapacidade estatal de intervenção nas mazelas sociais que assolam o país, o Rio Grande do Sul é palco do nascimento do movimento separatista sulino contemporâneo, resgatando uma ideia que já vem de longe, a Revolução Farroupilha, direcionando seus discursos aos setores médios da sociedade (MACEDO, 1995 p31).

O movimento começou quando o gaúcho Irton Marx em 1985, junto com outros separatistas escreveram o “Manifesto do Povo Gaúcho”

na “República do Pampa” como eles denominam o estado do Rio grande do Sul. Irton Marx é um dos líderes deste movimento e esteve em evidência nos meios de comunicação em 1993 portando material de propaganda nazista. O movimento tem duas frentes de atuação: o Movimento pela Independência do Pampa (MIP), fundado em fevereiro de 1990, e o movimento separatista O Sul é o meu País, fundado no dia 20 de outubro de 1991, no Estado do Paraná sendo homologado no dia 17 de maio de 1992, na cidade de Laguna Santa Catarina. O movimento tem como objetivo fazer estudos sobre a possibilidade de separação e a formação de um novo país e a divulgação do ideário separatista (LUVIZOTTO, 2009 p.42).

Evocando o passado de lutas do povo sulino, o movimento República do Pampa relembra a Revolução Farroupilha, como uma forma de demonstrar ao povo sulino que é possível a independência do Rio Grande do Sul. Tal fato é evidenciado através dos motivos históricos que o movimento elenca:

Com a Proclamação da Independência do Uruguai em 25 de Agosto de 1825, a Província Cisplatina é ferida, perdendo parte de seu território. Encabeçada pelo Cel. Bento Gonçalves da Silva, Honofre Pires e Domingos Crescêncio, entre outros heróis gaúchos, iniciou em 20 de Setembro de 1835, a Revolução Farroupilha, com a tomada do Palácio Piratini, e a expulsão do então Presidente Provincial Fernandes Braga. Como ato contínuo e conseqüência o Cel. Antônio de Souza Neto, em 11 de Setembro de 1836, proclama a Independência da República Sul-riograndense, no campo dos Meneses em Piratini, estabelecendo também ali a primeira capital do novo País. Até hoje a bandeira oficial do Rio Grande do Sul mantém em seu escudo central a inscrição REPÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE. Em 1845, dia 28 de fevereiro, o traidor Farroupilha David Canabarro assina o tratado de Armistício, a Paz do Ponche Verde. Este tratado contudo, não desfaz o ato da Proclamação da Independência do Rio Grande do Sul, ao contrário, o mantém intacto. (“Autodeterminação – motivos históricos” in <http://www.pampa.cjb.net>)

Contudo, a Revolução Farroupilha transformou-se em um mito da bravura do gaúcho, que é ideologicamente utilizado de modo a mascarar o contexto de organização e ação política sobre a revolução, caracterizada

como uma luta da elite gaúcha que, insatisfeita com o governo central, buscou a independência da região, cooptando o povo como peões no tabuleiro de interesses elitistas (MACEDO, 1995). Alcançou visibilidade nacional, pela alegação de superioridade feita por alguns separatistas em relação ao restante do país, principalmente em contraponto a região Nordeste, uma vez que o sul, foi colonizado massivamente por imigrantes europeus.

Irton Marx em entrevista Folha de S.Paulo em 1993, anunciou que a República do Pampa, uma vez concretizada iria fechar as fronteiras e não admitir mão de obra desqualificada. Esta medida ajudaria a criar uma nação de primeiro mundo, com a ajuda de empresários Canadenses e da África do Sul. Além disso, segundo ele, o sul está condenado a ser comandado por “pessoas mais atrasadas”, em referência ao Congresso Nacional devido a desproporção na representatividade legislativa da qual o sul “sofre”. Em entrevista, quando perguntado se sabe falar alemão por ser descendente, de forma descontraída Marx respondeu: “Dá para dizer heil Hitler”. Irton Marx foi preso nesse mesmo ano portando material nazista e acusado de propagar a ideia nazista durante as assembleias separatistas (LUZIVOTTO, 2009).

Nos últimos anos, o Movimento pela Independência do Pampa (MIP), perdeu força, devido às acusações de apologia ao nazismo. Hoje em dia, o Movimento *Sul é Meu País* passou a ter maior expressividade, ocupando o lugar de destaque no cenário das ideias separatistas. O movimento se destaca por elaborar estudos, fazendo palestras e plebiscitos consultivos com a população sulista, tentando apagar o passado polêmico deixado pelo seu “irmão” MIP.

2.3 O MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS.

O movimento O Sul é o meu País busca a separação dos três estados do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, baseando-se no conceito de autodeterminação dos povos e inspirados em movimentos separatistas de outros países, além da própria história sulina.

O movimento se denomina como uma “associação privada sem fins lucrativos e suprapartidária” e pretende viabilizar estudos e plebiscitos consultivos sobre a construção de um estado-nação sulista, para organizar o desmembramento dos três estados que constituem o sul do Brasil de forma democrática e pacífica (SUL, 2017).

Desde a sua formação, o movimento teve uma fraca representação e baixa expressividade, ficando restrito a pequenos grupos de pessoas ligadas aos fundadores do movimento. Situava-se, como uma frente de

atuação do Movimento pela Independência do Pampa (MIP) que perdeu força. Após 20 anos de pouca fomentação do ideário separatista, o movimento realiza uma sessão na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em fevereiro de 2012. Nesta cerimônia, os fundadores, alguns líderes e simpatizantes da causa, discursaram sobre seus objetivos e o ideário do grupo, a fim de provocar uma maior disseminação dos seus fundamentos que revertissem em uma visibilidade política dentro da casa legislativa.

Na carta de princípios do movimento, o grupo se fundamenta juridicamente nas resoluções do Art. 4, item III, (Direito a autodeterminação dos povos), no Art. 5, itens IV, VII, XVI, XVII, XIX, XXI (Direito e liberdade de pensamento e direito de organização para expressar e divulgar o pensamento) da Constituição Federal e nas Resoluções das Nações Unidas especialmente na Resolução 1514 (XV)¹. Desta forma, o grupo busca consolidar seu pensamento no âmbito jurídico, além de firmar compromisso com a democracia, buscando formas pacíficas para o desmembramento da região e contra qualquer tipo de discriminação, seja ideológica, racial, cultural e religiosa (SUL, 2017).

Através de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), o grupo busca levar seus objetos para arena política. Segundo o próprio movimento:

A proposta é formalizar e organizar a união e a cooperação regional que já existe de fato. Entendemos que esta região tem grande potencial em diversas e importantes áreas, seja do conhecimento humano, da economia, dos recursos naturais ou ainda cultural e que, o Estado brasileiro, tem trabalhado para nos desunir e muitas vezes explorar, tratando-nos como simples colônias estaduais. Trata-se também da união de um povo que não é melhor ou pior, nem mais, nem menos que outros povos de outras regiões, apenas diferente e que quer um futuro melhor para si e para os seus semelhantes. Afinal, temos virtudes que precisam ser preservadas e ampliadas, bem como exercitadas por este coletivo humano, cujo desejo de liberdade e autodeterminação, é parte inseparável da nossa história (SUL, 2017. PROJETOS, BLOCO SUL BRASILEIRO, p 1).

¹ O artigo com a resolução da ONU na íntegra, está no anexo 3.

Nesse contexto, o movimento elucida os principais argumentos para fugir do “Imperialismo de Brasília”, que se baseiam em três fatores principais descritos na Carta de princípios do movimento e elencados pelas entrevistas feitas. O *fator político* diz respeito a uma representatividade federal desproporcional da região sul com relação ao norte e nordeste do país. O *artigo 45* da Constituição Federal determina que o cálculo do número de deputados e senadores seja feita pelo número de habitantes de cada estado. Como as regiões norte e nordeste do país tem uma população maior que a dos estados do sul, ocorre um desequilíbrio de representatividade através de um maior número de representantes destas regiões. Isto desprivilegia a região Sul do país, que acaba “sofrendo” com o descaso de Brasília, tendo seus objetivos deixados para um segundo plano (SUL, 2017. CARTA DE PRINCÍPIOS).

O *fator econômico* diz respeito ao sistema tributário e fiscal. Segundo o movimento, “há uma sangria tributária da região sul, que beneficia oligarquias e políticas clientelistas na região norte e nordeste com a divisão dos tributos, que prejudicam a própria população daquelas regiões, relegado a quase inexistência de investimento na região sul (SUL, 2017. CARTA DE PRINCÍPIOS).

O terceiro fator diz respeito as questões sociais, culturais e morais que fundamentam o discurso. O grupo argumenta que a população do Sul tem cerca de 25 milhões de pessoas de origem europeia. A miscigenação com o negro africano, asiáticos e o nativo ameríndio, e a absorção dos costumes e tradições desses povos, fez com que o Sul se diferenciasse culturalmente do restante do país. A pobreza em constante crescimento da população sulina preocupa os integrantes do grupo. O governo brasileiro não consegue encontrar uma forma de reversão para este quadro caótico que se instaurou na região. A falta de compromisso com as investigações que demoram muito para se efetivarem, em relação aos casos de corrupção endêmica do governo brasileiro, encorajam ainda mais o movimento na busca de sua separação já que “a moralidade está ausente nas instituições brasileiras” (SUL, 2017. CARTA DE PRINCÍPIOS).

Evocando e celebrando o passado histórico de revoltas, a fim de demonstrar que a autodeterminação dos povos está no “sangue” dos sulistas, o movimento inspira as novas gerações de separatistas garantindo sua continuidade ideológica. A falta de autonomia da região Sul foi objeto de insatisfação e combustível das revoltas passadas. Hoje, o movimento considera que “somos a continuação de história inacabada, que nos outorgou fortes exemplos de que somos herdeiros de uma personalidade aguerrida e que sabemos lutar para defender nossos ideais” (SUL, 2017, CARTA DE PRINCÍPIOS, p 1).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Ancorado pelas teorias, *social-networks e policy analysis*, busco identificar os atores, seus instrumentos de poder e seus padrões de relações com as instituições. Mobilizando John Kingdon e Ana Capella que faz uma revisão teórica de Kingdon, Eduardo Cesar Marques e outros autores que contribuem com a teoria das redes, e Ilse Scherer-Warren trabalha a questão dos movimentos sociais, suas características, articulações e posições no campo social e demais autores relevantes. Alexandre Andrade Sampaio e Luís Renato Vedovato, demonstram que a insatisfação dos movimentos separatistas no Brasil cresceu após a reeleição do governo PTista em 2014 e que esse foi um dos fatores de termos uma crescente ascensão do ideário separatista na região sul do país. Com esse arcabouço teórico, busco clarificar a insatisfação político/econômico do movimento, sua baixa autonomia frente ao governo federal e seus fundamentos separatistas que nascem dessa relação.

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS.

Movimentos sociais e políticos emergem da sociedade civil, em busca de visibilidade para suas causas, sendo estas, expressões de empoderamento. Ilse Scherer-Warren (2006) argumenta que na sociedade civil um conjunto de forças heterogêneas representa uma multiplicidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, revelando interesses e valores diversos que alimentam esses grupos, uma forma de exercer a cidadania. Tal situação nunca será isenta de ter conflitos e relações de poder, mesmo no chamado “terceiro setor” que é a denominação de organizações sem fins lucrativos e não governamentais, com interesse público, também incluindo a sociedade civil nesse bojo (SCHERER-WARREN 2006 p.110).

Em um primeiro nível da sociedade civil, encontramos o associativismo local, através de movimentos comunitários, associações civis e sujeitos sociais envolvidos com causas culturais, sociais ou relacionados a alguma Organização Não-Governamental (ONGs). Alguns exemplos dessas organizações localizadas:

Núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários, associações de bairro, etc. As organizações locais também vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes

transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro, etc.) (SCHERER-WARREN, 2006 p.111).

Em um segundo nível, os movimentos buscam formas de mediação e interlocução entre sociedade civil e Estado, estando organizadas em associações nacionais de ONGs, redes de redes e fóruns da sociedade civil se articulando de forma inter-organizacional buscando o empoderamento da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006 p.111).

O terceiro nível, as mobilizações da esfera pública buscam visibilidade para a causa que estão defendendo, a ocupação de espaços públicos aglutina multidões criando efeitos simbólicos (num sentido político-pedagógico). Movimentos sociais, ONGs, Fóruns e redes de redes são os principais articuladores desse movimento de pressão política no espaço público contemporâneo, alguns exemplos ilustram essa forma de organização, incluindo vários setores de participantes:

Brasília (maio de 2005), foi organizada por articulações de base como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grito dos Excluídos e o próprio MST e por outras, transnacionais, como a Via Campesina. Também se realizaram articulações com universidades, comunidades, igrejas, através do encaminhamento de debates prévios à marcha. (SCHERER-WARREN, 2006 p.112).

Os movimentos sociais se constituem em torno de uma identidade, definindo adversários ou opositores e de um projeto de utopia. Nesse sentido, os múltiplos atores que compõem o campo dos movimentos sociais, cada vez mais percebem a necessidade de se articularem entre si, formando redes, com intuito de fazer mais pressão política e ganhar mais visibilidade para a pauta que defendem, produzindo efeito na esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006 p.113).

O núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Estes comportamentos eram analisados com um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta a não-institucional dividia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo institucional e a do não-institucional, sendo esta última aquela que não era guiada por normas sociais vigentes, mas formada pelo encontro de situações indefinidas ou desestruturadas, entendidas como

quebra-quebras da ordem existente. Estes processos ocorreriam antes que os órgãos de controle social atuassem, restaurando a ordem antiga ou criando uma nova que contemplaria as reivindicações dos atores envolvidos no processo. Processo esse que era marcado por tensões, descontentamentos, frustrações e agressões dos indivíduos que participavam das ações coletivas (GOHN, 1997 p.23 e 24).

Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias. A insatisfação gerava reivindicações que eram respostas rápidas as mudanças sociais e a desorganização social subsequente. A adesão a movimentos sociais eram respostas irracionais dos indivíduos desorientados pelo processo de industrialização. Essa abordagem levava-se em conta o processo psicológico dos indivíduos diante das mudanças, que eram reações tidas como irracional ou não-racional (GOHN, 1997 p.24).

Os comportamentos coletivos, segundo a abordagem tradicional norte-americana, eram frutos de tensões sociais. A ideia de anomia social, explicações centradas nas reações psicológicas estavam muito presentes nessa abordagem, estes elementos aliados a ideologias homogeneizantes, eram precondições importantes para eclodirem movimentos sociais. O sistema político era visto como uma sociedade aberta, plural e permeável, mas devido ao caráter explosivo e espontâneo, movimentos sociais não conseguiriam penetrar nesse sistema, somente partidos políticos, alguns líderes e grupos de interesses teriam tal capacidade (GOHN, 1997 p.24).

A escola de Chicago durante quarenta anos (1910-1950) teve grande influência na valorização da sociologia como campo autônomo de investigação. Fundada em 1892 por W.I. Thomas. Emergindo num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais e uma sociedade convulsionada, a escola de Chicago tinha um caráter reformista, levando a sociedade para um caminho estável e harmonioso.

O grande fundamento dessa escola é pelo interesse pelo desenvolvimento em comunidade e os processos de educação e participação para o povo. Nesse sentido, a participação do indivíduo na comunidade teria um sentido interacionista, por meio da participação. A sociologia deveria formular leis científicas para saber como a mudança social ocorreria, através de estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares que levaria a esse processo, destacando a participação criativa dos indivíduos nesse processo. A criatividade individual tem lugar central nas análises dessa escola (GOHN, 1997 p.27).

A mudança social passava pela reforma social, e a sociologia iria fornecer os alicerces para tal empreendimento. Os agentes seriam as lideranças, isto ocorreria porque o binômio indivíduo-sociedade privilegiaria o indivíduo, o que consumiria a individualização. As lideranças teriam que desempenhar o papel de reformadores até que não seriam mais necessárias no processo. Na realidade seriam elites reformistas detentoras de conhecimento científico útil que regeriam este processo. As instituições e a educação tornariam possíveis a auto direção do povo e sua cooperação, esses pressupostos estiveram bastantes vivos nos movimentos sociais da América latina nos anos 70 e 80 como na Teologia da Libertação da igreja católica (GOHN, 1997 p.28).

Dessa forma, as pessoas deveriam descobrir por si mesmas o comportamento correto no contexto social, os conflitos eram vistos como naturais e inevitáveis, cabendo aos líderes apaziguamento dessas questões e equacionando as demandas transformando-as em instituições. Em suma, os movimentos eram vistos como ações coletivas advindos de comportamentos conflituosos. A educação como processo informal ocorreria na própria vida urbana, lugar por excelência de lutas e conflitos pela sobrevivência forjaria o caráter do indivíduo (GOHN, 1997 p.29).

A segunda tradição, baseada no pensamento de Blumer, definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem da inquietação social por causa da sua insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida, teoria denominada de “carências sociais”. O início de um movimento social é amorfo, organizado pobremente e indefinido, o comportamento coletivo é primitivo e os mecanismos de interação são elementares, com o passar do tempo os movimentos se assemelham as sociedades: organização; forma; corpo de costumes e tradições; lideranças; divisão do trabalho, valores, regras sociais, cultura e organização de um novo esquema de vida (GOHN, 1997 p.30 e 31).

Os movimentos foram divididos em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. A primeira categoria é constituída por mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, como tendências culturais. Atrás de cada tendência cultural tem o desejo de mudança em relação a si próprio ou a seus direitos e privilégios, levando a desenvolver novas crenças e pontos de vistas ou ampliando estes. Dessa forma, os movimentos sociais operam no âmbito individual e no plano psicológico, apesar que o desenvolvimento das motivações possa vir de fatores externos, como a cultura vigente, o processo de criação das motivações assenta-se em bases interiores (GOHN, 1997 p.31).

A segunda categoria de movimentos sociais, os específicos são formas anteriores desenvolvidas dos genéricos, representando as motivações de descontentamento, esperanças e desejos despertadas pelos movimentos genéricos, mas com metas e objetivos bem definidos, organizados em estruturas, constituindo-se como uma sociedade. Movimentos reformistas e revolucionários são típicos dessa categoria, tem uma trajetória evolutiva em que a inquietação individual e popular fazem parte além de uma formalização e organização. (GOHN, 1997 p.32)

A grande preocupação de Blumer é saber como esses movimentos tornam-se aptos a se organizar e a crescer. Ele elenca cinco mecanismos: agitação, desenvolvimento de um *esprit de corps*, uma moral, formação de uma ideologia e o desenvolvimento de operações táticas. A agitação é vital para o desenvolvimento dos estágios iniciais do movimento, ela contribui para o impulso dos desejos e a sedução das pessoas. O *esprit de corps* cria uma atmosfera de cooperação entre as pessoas em um movimento social, criando um sentimento de pertença, de identificação com aquele grupo. O desenvolvimento de uma moral se dá através de mitos, símbolos, heróis, personagens carismáticos. As táticas envolvem três linhas: adesão, manutenção dos adeptos e construção dos objetivos (GOHN, 1997p.32).

A segunda teoria sobre movimentos sociais no paradigma clássico encerra a ideia de sociedade de massas de Fromm, Hoffer e Kornhauser. Tratava-se de uma corrente mais preocupada com o comportamento coletivo das massas, e também como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações. Essa corrente estava preocupada com os totalitarismos, os movimentos não democráticos, a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade a elaboração política em uma sociedade cada vez mais dominada por tecnologias complexas. Essa corrente ajudou a formular teorias sobre os comportamentos políticos “não-convencionais” denominados de massas ou desviantes. As mobilizações políticas não-institucionais eram consequência das perdas infligidas pela modernização econômica, política e cultural a certas parcelas da população, que reagia ante a este impacto recorrendo a modos de atuação política desviante (GOHN, 1997 p.32).

Nos anos 50, a abordagem sociopolítica de Lipset e Rudolf Herberle apontou que o contexto da guerra fria fez com que surgissem novos movimentos sociais com conotações ideológicas reforma ou revolução era o tema de discussão em uma sociedade em plena transformação tecnológica, transformação essa que desorientava as massas. Lipset e Heberle articularam a problemática das classes sociais e das relações

sociais de produção, para a compreensão de comportamentos coletivos do tipo político-partidário. Os movimentos sociais são um tipo especial de grupo social com uma estrutura particular, contendo grupos organizados e não organizados. Há uma tendência dominante na análise de movimentos sociais no que diz respeito a sua internacionalização, o movimento não se restringe apenas a seu território, dependendo do seu caráter, ele perpassa fronteiras (GOHN, 1997 p.37 e 38) Heberle relaciona movimentos sociais a regimes totalitários que destruiriam o senso comunitário alertando assim, para os perigos que certas causas podem trazer ao tecido social (GOHN, 1997 p.39).

Na sequência, temos o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo de Parsons, Turner, Killian e Smelser. Para Parsons existem quatro dimensões básicas do sistema de ação: adaptação, consecução de metas, latência ou manutenção de padrão e integração, cada uma desempenhando uma função na estrutura social. O desenvolvimento do sistema de ação não leva ao desenvolvimento do ator, mas ao sistema social, por meio de ações individuais, pelos papéis de status que aqueles indivíduos passam a desempenhar. A teoria da ação social desemboca no homem utilitarista de Hobbes, com uma orientação normativa instrumental, visando racionalmente metas, usando meios econômicos e culturais para atender seus objetivos. A aplicação da teoria da ação social aplicada a movimentos sociais deu origem a concepção funcionalista, que são vistos como comportamentos coletivos originados em períodos de inquietação social, incertezas, impulsos reprimidos, ações frustradas e desconforto. O ponto referencial básico são os comportamentos e condutas dos indivíduos, portadores de tensões que, quando comunicadas a outras pessoas, podem formar reações circulares. Acredita-se na existência de uma ordem social estática, que necessita ser controlada. O não controle ou desintegração é que possibilita a emergência de movimentos sociais. Portanto, a existência de movimentos sociais é um objeto estranho, exterior aos indivíduos históricos (GOHN, 1997 p.39 e 40).

Esses movimentos sociais teriam uma história natural, já que estariam respondendo a impulsos e manifestações interiores, inerentes a natureza humana, quando as tensões adquiriam um caráter de insuportabilidade, os indivíduos se aglutinavam em torno de objetivos em comum e criavam novas instituições. Os primeiros cientistas sociais sob a ótica positivista viam os movimentos sociais como esforços para promover mudanças. Já os neopositivistas viam os movimentos sociais como esforços da coletividade para promover mudanças ou resistir as mudanças. A categoria básica de análise continua sendo o comportamento

e a ação dos indivíduos, a mudança social se dá por meio da mudança do comportamento dos indivíduos em instituições (GOHN, 1997 p.40).

Turner e Killian afirmam que há três tipos de grupos que podem ser chamados de quase-movimentos, porque possuem algumas características dos movimentos. Os movimentos de massa como a imigração, grupos formados de seguidores de alguma figura pública, e os cultos religiosos que demandam os comportamentos dos indivíduos (GOHN, 1997 p.41).

Trataram eles também do tempo de duração de um movimento social, pois um movimento não pode continuar como tal indefinidamente. Distinto das instituições marcadas pela estabilidade, o movimento social é por definição dinâmico. Quando perde essa característica, cessa de ser movimento social tornando-se outra coisa. Um movimento social se institucionaliza quando alcança um alto grau de estabilidade interna, ganha posição reconhecida dentro de uma sociedade mais ampla, passa a ter algumas funções nela e estabelece algumas áreas de competência, a institucionalização impõe estabilidade adicional ao movimento e um de seus aspectos-chave é determinar procedimentos de conduta para o grupo (GOHN, 1997 p.44).

A teoria de Smelser sobre os comportamentos coletivos não-convencionais tenta demonstrar como eles diferem dos comportamentos rotineiros, esses comportamentos teriam componentes irracionais e excepcionais e seriam respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais da modernização. O termo “comportamento coletivo refere-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores que se desenvolve por longo períodos, e explosões coletivas refere-se a pânico, loucuras, hostilidades e outras situações abruptas (GOHN, 1997 p.45 e 46).

Os comportamentos coletivos podem se expressar com valores previamente orientados ou não. Movimentos com valores orientados são ações coletivas mobilizadas em nome de crenças geralmente imaginadas para reconstituição de valores perdidos, os movimentos não orientados mobilizam-se em nome da reconstituição de normas (GOHN, 1997 p.47).

Por fim, as teorias organizacionais-comportamentalistas de Selznick, Gusfield e Messinger retomaram a Weber e seu estudo sobre a burocracia e de Michells sobre a lei de ferro das oligarquias os fundamentos para entender os comportamentos coletivos de organizações com objetivos específicos. Os movimentos de classe organizam-se ao redor de alguns interesses de seu público alvo. Movimentos de status são aqueles voltados para si próprios para alcançar ou manter o prestígio do grupo. Movimentos expressivos são marcados por comportamentos menos objetivos ou pela procura de metas relacionadas com descontentamentos (GOHN, 1997 p.47 e 48).

Neste milênio o tema dos movimentos sociais retomou um lugar central no plano internacional como objeto de investigação, devido a emergência do movimento antiglobalização e como resposta ao avanço neoliberal dos anos 90. As categorias de análise também se alteram, se nos anos 90, cidadania e exclusão dominaram o debate, no novo milênio rede social e inclusão social passaram a ter papel importante. O universo das categorias: justiça sociais, igualdade, cidadania, emancipação, direitos etc, passam a conviver com outras categorias como capital social, mobilização, empoderamento da comunidade, auto-estima, sustentabilidade etc (GOHN, 2011 p.2 e 3).

Teorias construídas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades, onde diferentes tipos de pertencimento são fundamentais em um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses. Teorias focadas no eixo da justiça social destacam questões como o reconhecimento das diferenças ou desigualdades. Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais tem elaborações sobre sua autonomia, as novas lutas em busca da construção de um mundo novo, novas relações sociais e a luta contra o neoliberalismo. Teorias pós colonial ou racionalidades alternativas, ela destaca que o poder está na detenção do conhecimento, fazendo deste o controle das bases do domínio político econômico cultural e social. Com isso o problema central da américa latina seria a descolonização do saber e do ser, preconizando a necessidade da construção do poder por meio do conhecimento implicando em construir as categorias para pensar a realidade que possam gerar ações de mobilização coletiva. Teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas. Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim como o desempenho das pessoas em instituições e organizações (GOHN, 2011 p.7).

O tema dos movimentos sociais deixa de ser exclusividade apenas da academia, ONGs e outras entidades do terceiro setor e o poder público iniciam estudos sobre alguns movimentos sociais a fim de obter informações para projetos de intervenção na realidade social. O estudo de trajetória pessoal tem ganhado importância nos últimos anos, o problema que se encontra nesses estudos são as lacunas deixadas, pois são tomadas como objeto isolado de um contexto histórico no qual fazem parte, e dos movimentos nos quais integram (GOHN, 2011 p.8)

A constituição do sujeito social se dá a partir do lugar que ele ocupa no social, no político, no cultural e no espaço simbólico de outros sujeitos, tendo grande importância os projetos sociais na constituição do sujeito,

não como algo pronto, mas processual. A apropriação de conhecimentos e a experiência dos sujeitos são a base da prática que irá nos explicar a construção dos projetos. Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e desejos, tomando referência com os quais se identifica (GOHN, 2011 p.9).

O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico conjuntural. As identidades são moveis, variam de acordo com a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. A identidade política de um movimento social não é única, ela varia de acordo com os contextos, e muda por causa das aprendizagens que geram consciência de interesses (GOHN, 2011 p.10)

No plano da produção de conhecimentos de movimentos sociais, análises fundadas nas narrativas que estabelecem uma clara conexão entre classes sociais e movimentos sociais, e a centralidade da classe operária, como sujeito fundamental na transformação da realidade social, diminuíram em toda a América latina, o espectro de atores aumentou, levando a uma gama maior de compreensão analítica GOHN, 2011 p.10).

3.2 JANELAS DE OPORTUNIDADES E MÚLTIPLOS FLUXOS

No seu modelo teórico, John Kingdon (1995) analisa como uma ideia chega a arena política, segundo o autor, uma ideia que atingiu o seu momento, transmite uma realidade sobre um movimento incontrolável despontando da sociedade ou da política, abrindo caminho e afastando tudo ao seu redor, sendo reconhecida por sinais como a mudança da opinião pública, mobilizações de pessoas com propósitos bem definidos e atraindo políticos de todas as tendências (KINGDON, 1995 p.219).

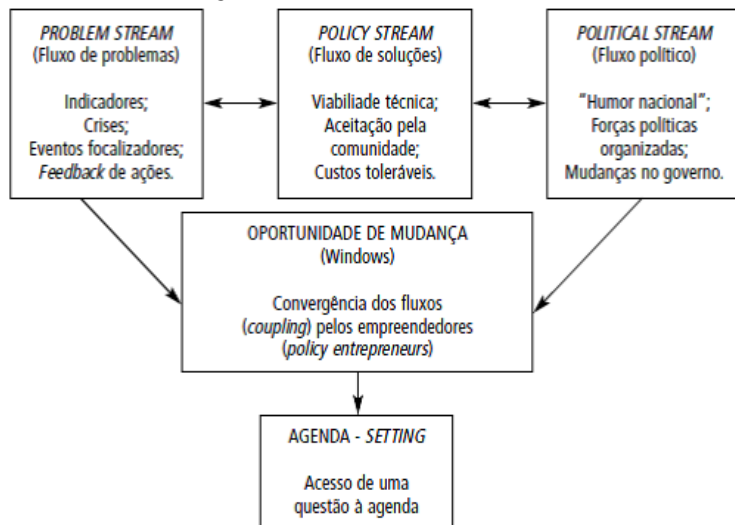
Na formulação de políticas públicas um conjunto de processos são evidenciados por Kingdon, como o estabelecimento de uma agenda, especificação das alternativas, escolha final entre as alternativas por meio de votação no Legislativo ou decisão presidencial, e a implementação da decisão. A agenda é uma lista de temas ou problemas que ganham séria atenção, por parte das autoridades ou por pessoas fora do governo, mas associadas a alguma autoridade (KINGDON, 1995 p.221).

No momento em que as decisões da agenda convergem, Capella (2006, Apud KINGDON, 1995) três fluxos operam: problemas, soluções ou alternativas e a política. Quando os problemas chamam a atenção dos participantes de um processo decisório, os indicadores, eventos, crises e símbolos e feedbacks das ações governamentais estão operando mecanicamente para que a questão possa entrar na agenda política.

Entretanto os indicadores não determinam a existência concreta de um problema, são interpretações que auxiliam a demonstrar que existe uma questão. As crises e símbolos ajudam a concentrar a atenção em determinado assunto, e os feedbacks ajudam no monitoramento da questão, como gastos, reclamações de cidadão ou servidores e consequências não antecipadas.

As alternativas e soluções é explicada pelo modelo de *multiple streams*, Capella (2006, Apud KINGDON, 1995), onde o autor faz uma analogia ao processo biológico de seleção natural (moléculas flutuando em um caldo primitivo), assim as ideias a respeito de soluções gerada em comunidades, flutuam em um caldo de ideias políticas, neste caldo, algumas sobrevivem intactas outras se confrontam e combinam-se em novas ideias e outras são descartadas. As comunidades são compostas por especialistas, pesquisadores, assessores, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesse e quando uma questão é percebida como viável, ela é difundida rapidamente ampliando a consciência dos atores sobre essa ideia.

Figura 1 – O modelo de Kingdon



Em alguns momentos abre-se uma janela de oportunidades para que os problemas possam entrar na agenda política, como o surgimento de uma nova administração que se preocupe com o problema em questão, mudando o clima político-nacional e trazendo soluções e problemas à tona. Mas as janelas não se abrem de forma prevista, muitas vezes elas se dão de forma imprevista como uma eleição tumultuada ou crises internas na cúpula de governo, outro fator a levar em conta é a escassez de oportunidade de janelas e a rapidez em que elas aparecem e desaparecem (KINGDON, 1995 p.229).

O segundo tipo de explicação para a alta ou baixa importância de um tema na agenda está no fluxo da política. Independentemente do reconhecimento de um problema ou do desenvolvimento de propostas políticas, eventos políticos fluem de acordo com dinâmicas e regras próprias. Participantes percebem mudanças na atmosfera política nacional, eleições trazem novos governos e novas configurações partidárias ou ideológicas, ao Congresso, e grupos de interesses de vários tipos pressionam o governo com suas demandas (KINGDON, 1995 p.229)

Os desdobramentos na esfera política são fortes formadores de uma agenda, por meio da persuasão, os atores buscam consolidar suas agendas, através de uma troca de favores, formando alianças. A combinação de uma vontade nacional, com os interesses do governo é um forte formador de agenda, assim, o governo consegue barrar os interesses que não estão de acordo e colocar em votação os que estão de acordo com sua vontade (KINGDON, 1995 p.229).

Um grupo de participantes “invisíveis” e “visíveis” faz parte da formação de uma agenda política. “Os atores visíveis, são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público. Isto inclui o presidente e seus assessores de alto escalão, importantes membros do congresso, a mídia e atores relacionados ao processo eleitoral”(KINGDON, 1995 p.230). O grupo de atores invisíveis inclui acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do congresso. O grupo de atores visíveis define a agenda e os invisíveis tem maior influência na escolha de alternativas. Dessa forma, se uma agenda for levada pelo grupo visível tem mais chances de ganhar visibilidade, pois o presidente, membros do congresso e mídia colocam-na em evidencia para o público em geral (KINGDON, 1995 p.230).

3.3 REDES SOCIAIS E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Falar em redes significa trabalhar com concepções variadas nas quais parecem misturar ideias baseadas no senso-comum. O termo rede sugere fluxo, movimento relacionado com a imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum.

Em ciências sociais seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores, movimentos poucos institucionalizados, reunindo indivíduos em grupos numa associação cujos limites são variados e sujeitos a reinterpretações (ACIOLI, 2007 Apud COLONOMOS, 1995).

A concepção básica de redes, no seu uso metafórico quanto ao uso analítico, é a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados conectados de forma inespecífica as ações dessas pessoas com as instituições e a sociedade ligados por laços sociais que podem ser reforçados ou entrarem em conflito (ACIOLI, 2007).

Ao desenvolver uma proposta de análise de redes, Barnes ressalta alguns dos critérios de análise: tamanho da rede, ou seja, o número de unidades na rede; atenção dada aos efeitos em “A” da relação entre “B” e “C”; se o estudo é sobre questões relacionadas a contatos indiretos ou a categorias/questões individuais (ACIOLI, 2007).

Uma questão importante na análise de redes é a identificação de *cliques* (cliques são entendidos como grupos de atores direta e fortemente ligados a todos os outros) e o estudo de sua organização em grupos, como também a possibilidade de que sejam elos importantes na troca de determinado tipo de informação, tendo como objetivo central a análise da realidade sociais a partir das relações sociais e não dos atributos individuais (ACIOLI, 2007).

Em redes que tem um grande número de indivíduos, utiliza-se como estratégia começar a análise por um indivíduo e seus contatos mais diretos, o tamanho da rede é, portanto importante para definirmos a análise, como também a multiplicidade de links ou seja, de relações existentes e a qualidade das relações, bem como a importância de que os atores definem para si mesmos nas suas relações e sua intensidade, durabilidade e frequência, já que em uma relação de rede, o indivíduo é percebido como uma pluralidade de relações e para capturar essa pluralidade, é preciso um estudo com entrevistas e observação participante (ACIOLI, 2007).

As redes permitiram a incorporação do contexto em que determinada política está sendo desenvolvida, como aponta Eduardo Cesar Marques (2006, Apud LAUMMAN e KNOKE 1987). As relações informais podem ser analisadas na teoria das redes, que segundo Marques (2006, Apud HECLO, 1987) são um elemento central na compreensão do padrão difuso e pouco institucionalizado do desenvolvimento de políticas públicas, produzindo tanto permeabilidade como coesão estatal.

Marques (2006, Apud MARQUES, 2000, 2003) argumenta que a análise das redes, expandiu horizontes para o estudo do Estado, trazendo à tona a existência de constrangimentos e de permanência de contextos que cerceiam atores, padrões de vínculos e posições nas redes que demonstram alianças prováveis ou não, e coalizões estratégicas, dando acesso diferenciado a informações e recursos na estrutura, influenciando nas dinâmicas do poder.

A utilização da análise de redes trouxe diversas contribuições importantes para o estudo das políticas. Em primeiro lugar, permitiu que se discutissem os efeitos da complexa interdependência presente na produção de políticas sobre a ação social, considerando não apenas as ligações em torno dos atores (ou as suas interações individuais), mas também a estrutura dos vínculos e os padrões gerais em que esses estão inseridos (MARQUES, 2006 p.20)

O autor analisa as políticas públicas pelo viés individual e não das organizações, dada a importância das relações pessoais e a baixa institucionalização no funcionamento da administração pública no Brasil comparado aos países centrais (MARQUES, 2006).

Cada situação social conta com um conjunto de atores dotados de instrumentos de poder que disputam os resultados do processo político em termos da distribuição de benefícios escassos, assim como de poder político, que em última análise explica a possibilidade diferenciada de captura daqueles benefícios (MARQUES, 2006 p.17).

Dessa forma, os atores não atuam em um vácuo, onde contam apenas as suas situações de poder, os atores situam-se em contextos institucionais específicos, com as regras políticas em funcionamento em normas informais, no direito positivo e em formatos organizacionais específicos (MARQUES, 2006 Apud SKOCPOL, 1985).

As redes sociais fazem partes de campos estruturados de diferentes contextos na dimensão do social, os vínculos entre os indivíduos, entidades e organizações estruturam as mais diversas situações sociais, influenciando o fluxo de bens materiais, ideias, informações e poder (MARQUES, 2006 Apud SCOTT, 1992; FREEMAN, 2002).

As relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política. O estudo das redes permite integrar os atores em seus contextos relacionais específicos sem necessariamente abandonar os pressupostos ligados à sua racionalidade, embora esta ganhe contornos bastante distintos dos considerados comumente pelas literaturas de ciência política e economia (MARQUES, 2006 p.19 Apud GRANOVETTER, 2000).

A transformação e produção do tecido do Estado se dá através das redes entre pessoas e organizações que estruturam internamente as organizações estatais e as inserem em seus ambientes mais amplos, assim os contatos institucionais são canalizados por contatos pessoais que se apoiam em padrões de relações preexistentes, canalizando apoios,

informações, alianças e a formação de projetos, visões e percepções (MARQUES, 2006 p.22).

Além disso, esses padrões de relação induzem visões de mundo (e da política), influenciam a formação de preferências, constroem escolhas, estratégias e alianças e alteram resultados políticos. Em termos mais concretos, podemos dizer que o tecido do Estado é composto por uma superposição de redes de relações temáticas que circunscrevem as comunidades ligadas a cada uma de suas ações (MARQUES, 2006 p.22).

A observação do campo de estudo é importante para a análise das redes, pois cada situação social dentro das redes tem padrões de relação diferentes, como evidencia Marques (2006):

De forma similar, as redes apresentam contornos mutáveis no interior de comunidades ou campos, o que torna a delimitação de suas fronteiras uma outra dimensão extremamente importante. A rigor, se estamos tratando de conjuntos de vínculos de diversos tipos construídos ao longo da vida dos indivíduos, todo o âmbito social constitui-se em uma única rede com densidades e especializações temáticas nas suas distintas partes, o que tornaria impossível implementar um estudo centrado em redes. (MARQUES, 2006 p.27)

No interior do tecido do Estado (entendido amplamente) conformam-se campos de política específicos, associados a redes centradas em determinadas temáticas políticas, com um conjunto de atores que participam de comunidades políticas, onde estabelecem relações, conflitos e alianças de ação (MARQUES, 2006 p.28).

Ao longo das últimas décadas, cientistas sociais de diferentes orientações teóricas vêm adotando a chamada abordagem de redes no estudo de problemas que tratam do caráter relacional da organização da vida social (CALMON; COSTA, 2013 p.3).

A vertente da abordagem de redes que considera o conceito de redes como instrumentos analíticos remonta pelo menos na década de 20, associada a uma corrente da psicologia social chamada “Gestalt”. Nessa abordagem os indivíduos não percebem os objetos que os cercam de forma independentes, mas a partir de esquemas conceituais socialmente construídos (CALMON; COSTA, 2013 p.4).

Jacob Moreno foi o pioneiro dessa abordagem em meados dos anos de 1920 com uma abordagem terapêutica chamada “psicodrama”. Moreno argumentava que a estrutura social referente a vida social de um indivíduo poderia ser representada por sociogramas. Com base nesses gráficos poderia ver como a informação flui para o indivíduo e quais os canais que poderiam influenciar o indivíduo (CALMON; COSTA, 2013 p.4)

As estruturas de poder, influências e fluxo de informação segundo a posição do indivíduo na rede relacional, tem revelado a força dos “laços fracos” sobre os “vazios estruturais” e seu efeito sobre a densidade na rede, sendo caracterizado como força de um laço a intensidade emocional, a duração de tempo e a confiança mutua entre os indivíduos numa rede. Se os laços fortes conectam “A” e “B”, e “A” e “C”, é provável que “B”e“C” sejam parecidos de várias maneiras e também tenham laços fortes, formando entre os três um clique com laços fortes e consequentemente a informação que circula entre os três seja pouco inovadora e repetitiva (CALMON; COSTA, 2013 p.6 e 7).

Já os laços fracos unem pessoas de diferentes perspectivas, ideias e que estão pouco tempo juntas, com círculos de amizade diferentes tendem a partilhar informações distintas do que aquelas dos laços fortes. Dessa forma a força dos laços fracos reside nos pontos de conexão com novas perspectivas e oportunidades (CALMON; COSTA, 2013 p.7).

Os vazios estruturais proposta por Burt (1992 e 2005) traz uma abordagem analítica das redes centrada na relação posicional dos indivíduos e dos cliques. Esses vazios estruturais em uma rede tem um valor estratégico gerando vantagem competitiva por desenvolver oportunidades mais ricas e variadas do que nas estruturas mais densas e formadas por laços fortes. Um contexto de vazios estruturais exige a atuação de um intermediador, que estabeleça conexões múltiplas com as redes separadas, gerenciando os vazios estruturais e facilitando o fluxo de informações e ideias, amentando assim o capital social entre os vários cliques (CALMON; COSTA, 2013 p.7).

Uma rede formada por “n” indivíduos possuirá potencialmente $[n(n-1)]/2$ laços ou nós. Em uma rede densa a informação passa por todos os nós, fortalecendo assim a comunicação entre eles, e sendo discutidas e absorvidas várias vezes, e qualquer desvio das normas é mais fácil percebida e punida. Grupos pequenos são mais coesos do que grandes grupos, e suas regras são mais bem internalizadas, mantem uma coesão ideológica maior (CALMON; COSTA, 2013 p.7 e 8).

As políticas públicas são formuladas a partir de uma rede de atores que tentam caracterizar a natureza social e política dessa atividade, enfatizando seu caráter interorganizacional que não podem ser dissociadas

de seu contexto estratégico e institucional. O contexto institucional é aqui definido como um conjunto de regras formais e informais, que influenciam o comportamento das pessoas e das organizações que interpretam e aplicam as regras na prática (CALMON; COSTA, 2013 p.11).

A análise de redes de políticas públicas traz dois elementos muito importantes: os problemas de ação coletiva relacionados a um conjunto de atores interdependentes. As ações coletivas têm um conjunto de atores distintos, com preferências heterogêneas, com recursos de poder distintos e assimetricamente distribuídos, tendo que resolver problemas em ambientes marcado pelas incertezas e ambiguidades, tornando mais difícil a ação coletiva. Algumas perspectivas entendem que os atores tomam as decisões de forma racional, respondendo a lógica das consequências, outros entendem que os atores envolvidos agem de acordo com a adequação nas quais estão deparados, ou seja, respondem de forma a se adequar ao contexto em que estão inseridos (CALMON; COSTA, 2013 p.13).

Dessa forma, os atores são interdependentes porque não podem produzir sozinhos os produtos e resultados gerados pela política pública, portanto dependem uns dos outros, sendo que as transações entre os atores passam a ser regulada pelo arranjo institucional no qual estão inseridos (CALMON; COSTA, 2013 p.13).

Nessa perspectiva não podemos falar em apenas uma arena de decisão, ou em um governo, mas em várias arenas com múltiplos atores, e diferentes subsistemas e subgovernos com atores interdependentes que interagem para solucionar os problemas relacionados as políticas públicas (CALMON; COSTA, 2013 p.13).

Alguns atores que compõe a rede, podem estar desativados, não interagindo com os demais atores para a solução de problemas, nesse sentido faz-se necessário ativa-los para interagirem com os outros, afim de organiza-los nas funções que suas habilidades serão melhor aproveitadas, demandando uma gestão estratégica para alocação dos recursos certos para determinados problemas (CALMON; COSTA, 2013 p.20).

Após a ativação dos membros, é necessário desenvolver as bases para a interação dos atores, afim de facilitar a formação de acordos definindo as arenas de atuação. Esse procedimento facilita as interações entre os atores, dinamizando os resultados (CALMON; COSTA, 2013 p.20).

A importância dos laços fracos e dos espaços vazios, fez aparecer um “intermediador” que busca a reunião de diferentes recursos,

informações, ideias e soluções, que estão dispostos em “cliques” distintos entre esses vazios estruturais. Nesse contexto surgem os empreendedores de políticas públicas, que estão dispostos a investir tempo e recursos em troca de políticas revertam a seu próprio favor, fazendo a articulação entre os amis distintos atores, promovendo soluções e também novos problemas (CALMON; COSTA, 2013 p.21).

A interação entre vários atores heterogêneos pode ser marcada por inúmeros conflitos e dificuldade de comunicação, nesse sentido, a presença de um facilitador faz-se necessário pois ele poderá organizar esses atores afim de melhorar a comunicação gerenciando melhor os recursos e o tempo, otimizando o processo de formulação de uma política pública (CALMON; COSTA, 2013 p.22).

Uma rede em que há consenso sobre os objetivos a serem perseguidos, é muito mais efetiva, podendo assim seus gestores, dedicar seu tempo na formulação de propostas, no enquadramento e na ativação da rede. Uma boa distribuição de recursos, como a autoridade, recursos materiais, informação, expertise e experiência, resultando em uma vasta rede. Quando os recursos são alocados em poucos atores, a rede se torna densa e mais restrita, engessando seu andamento (CALMON; COSTA, 2013 p.23).

O apoio político a uma rede e o apoio (político ou da sociedade) que os membros da rede podem ter, faz com que a rede tenha um bom funcionamento. Se os atores não têm apoio político ou da sociedade, o funcionamento da rede está prejudicado e seu tempo e recursos serão utilizado para a obtenção desses apoios (CALMON; COSTA, 2013 p.23).

A confiança e o capital social são fundamentais para o bom funcionamento da rede, se os atores já se conhecem, então menos tempo será despendido para a mediação de objetivos. Ter um paradigma claro de políticas públicas, faz com que as metas, objetivos e prioridades sejam buscadas por todos, necessitando menos energia e tempo na intermediação de visões antagônicas, podendo assim, potencializar a mobilização dos recursos e dos objetivos a serem alcançados (CALMON; COSTA, 2013 p.24).

A noção de capacidade de redes está associada com a quantidade de informação que essa rede é capaz de transmitir e o número de atores que é capaz de mobilizar, para a solução de problemas enfrentados pela coletividade (CALMON; COSTA, 2013 p.25).

O grau de governança de uma rede depende do estabelecimento de um clima de credibilidade e confiança mutua entre os atores, uma ampla participação nos processos decisórios e transparência, fiscalização e responsabilidade por suas ações. Os valores de uma rede refletem as

atitudes de seus atores, eles guiam os comportamentos dos membros e podem ser avaliados pela própria sociedade (CALMON; COSTA, 2013 p.25).

Uma rede bem estruturada deve ser institucionalizada, o que implica no estabelecimento de normas e procedimentos, que definam claramente as arenas decisórias e a divisão de competências aos atores. Algumas redes criam marcos regulatórios, outras constituem fóruns específicos para a discussão (CALMON; COSTA, 2013 p.25).

As ações de uma rede podem ser interrompidas em função da troca de governos, mudanças ministeriais, e o fim de recursos financeiros, estando sujeitas a um processo dinâmico de constante adaptação. O grau de governança depende da sua sustentabilidade, ou seja, da capacidade de realizar ações de longa duração ((CALMON; COSTA, 2013 p.26).

A forma de como se estabelece a comunicação entre os atores de uma rede de políticas públicas e o governo e a sociedade, é de extrema importância, pois assim pode se examinar a qualidade das interações entre os atores envolvidos. Uma boa comunicação leva a um intercâmbio de ideias, informações e experiências. Algumas redes estabelecem estruturas organizacionais entre os atores da rede e a sociedade civil, em outros casos, essa comunicação se dá de forma espontânea (CALMON; COSTA, 2013 p.27).

3.4 O PLEBISCITO E SEU USO POLÍTICO

A origem do plebiscito remonta a antiga Roma, era utilizado para colocar em votação a vontade popular sobre assuntos de ordem constitucional. É uma deliberação do povo ou, mais exatamente, da plebe convocada pelo tribuno, quer o uso que dele se faz habitualmente para designar as votações que, após a Revolução Francesa e a difusão das ideologias fundadas na soberania popular, se realizaram na Europa e na própria Itália, sobre assuntos de importância constitucional. Outro instrumento de verificação da vontade popular é o referendo, estudiosos do assunto não encontram uma distinção clara entre os dois, já que são sinônimos, alguns estudiosos argumentam que o Plebiscito pode ser um dispositivo usado sem que tenha algum respaldo constitucional, ou seja, pode-se deliberar sobre algo que não esteja na pauta governamental (sem altera-la), afim de medir de certa forma o clamor popular, como salienta Gladio Gema (1995):

Neste contexto, poderão encontrar, não uma ratificação, como vimos, mas uma

explicação, certas definições apresentadas, porquanto se pode considerar que, dada a sua normal excepcionalidade, se usa mais frequentemente o termo Plebiscito para indicar pronunciamentos populares não precedidos por atos estatais, máxime sobre fatos ou eventos (não atos normativos) que, por sua natureza excepcional, não contam com uma disciplina constitucional (GEMA, 1998, in DICIONÁRIO DE POLÍTICA p. 927).

Dessa forma, segundo Gema “o plebiscito é, pois, uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional, sendo, por isso, um instrumento de democracia direta, se bem que, como todos os dispositivos deste tipo, possa ser instrumentalmente usado por correntes autoritárias ou totalitárias para legitimar o seu poder autocrático” (GEMA, 1998, in DICIONÁRIO DE POLÍTICA p.927).

Além disso, referendo e plebiscitos estão previstos na Constituição Nacional, no Artigo 14 fazendo parte do capítulo dos Direitos Políticos sendo mecanismos do exercício de soberania popular. § 1o O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido. § 2o O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

No Brasil três consultas populares mobilizaram a nação, Aldo Fornazieri (2013), diretor Acadêmico da FESPSP recorda que, em 1963 um plebiscito realizado para saber que sistema de governo o país adotaria naquele período, sendo colocado em pauta o presidencialismo ou parlamentarismo, assim sendo, o povo optou pelo presidencialismo. Já que em 1961 o país havia adotado o parlamentarismo para restringir os poderes de João Goulart, por pressão dos militares. Em 1993 um novo plebiscito sobre o sistema de governo, que por determinação da Assembleia Nacional Constituinte decidiu colocar esse assunto em votação através de uma consulta popular, e novamente o povo decidiu manter o presidencialismo. Já em 2005, foi realizado um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições sob a lei outorgada em 2003. Na votação, a maioria do povo optou pelo Não, implicando na revogação da lei estabelecida.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS, SITES E DOCUMENTOS DO MOVIMENTO.

Neste capítulo, analisarei as entrevistas² feitas com os principais líderes do movimento Sul é meu País, bem como, sites do movimento e documentos publicados através dele e notícias de revistas que tratam do assunto.

Após uma série de dificuldades em conseguir o contato de pessoas ligadas ao movimento, me encontrei com Celso Deucher na cidade de Brusque (SC), onde reside. Deucher é um dos fundadores do movimento e figura central para compreender as motivações separatistas. A estratégia para a seleção dos entrevistados partiu da indicação de nomes representativos por parte de Deucher e, posteriormente, por indicações dos próprios entrevistados. No cruzamento dos nomes indicados, foi composta a lista dos dez nomes com os quais a pesquisa foi executada.

Portanto, depois da entrevista com Deucher, ele me passou os contatos das principais lideranças do movimento na atualidade. O perfil dos entrevistados indica que os líderes do movimento têm idades que variam de 37 a 52 anos, possuem em sua maioria formação com nível superior e alguns com pós-graduação. Eles desempenham funções em setores profissionais da iniciativa privada, professores universitários, empresários e autônomos.

Segundo Deucher, o movimento surgiu depois da leitura do livro *A independência do Sul* de Sergio Alves de Oliveira, sendo a inspiração para o movimento: “quando li o livro dele em 87 ele trouxe ideias novas, como o separatismo pacífico plebiscitário baseado em ideias, não mais na força no embate de armas e a união os três estados”. Este trecho tornou-se relevante durante todo processo de realização e análise das entrevistas, porque a conjunção das ideias *separatismo*, *pacifismo* e *plebiscito* marcam a centralidade dos argumentos que emergiram na pesquisa.

Para Deucher, a ideia separatista sempre existiu, ela nasceu e renasceu diversas vezes. Desde 1554 com a República Del Guaíra no Paraná, 80 anos depois com os povos das 7 missões no Rio Grande do Sul, na revolução Farroupilha e na República Juliana em Santa Catarina, segundo Deucher:

“O sentimento separatista sempre esteve no sangue sulista, e na década de 30 o Getúlio resolveu “abrasileirar” nós tudo com a língua, os costumes, as tradições, a incursão forte da cultura chamada brasileira no sul para não permitir que o sul não se transformasse em outra coisa. Porque havia um outro movimento cultural no sul que apontava para

² O roteiro das entrevistas estão no anexo 4 no fim da monografia.

uma outra nação. O sul tinha muito mais contato com a Europa do que com o Brasil, mais contato com a Alemanha, Itália, França, Espanha do que com o Brasil. Falávamos todas essas línguas o que ele fez (Getúlio) abraçou todos com o mesmo idioma”.

Em relação a participação, o que mais atraiu essas pessoas a entrar no movimento foi o viés ideológico. A maior parte dos entrevistados se identifica com a manifestação do movimento em defesa do liberalismo (menos estado mais mercado), a preocupação com as gerações futuras, atuação dentro da lei e o passado de lutas. Além disso, o viés pacifista também é um dos motivadores, como evidenciado pela fala de um integrante: “no século XXI não há mais sentido fazer guerra para a independência, e isto nem seria apoiado pela população”. Maria Gohn (1997), revela que isso faz parte do *spirit de corps*, como ela exemplifica a baixo:

O *spirit de corps* cria uma atmosfera de cooperação entre as pessoas em um movimento social, criando um sentimento de pertença, de identificação com aquele grupo. O desenvolvimento de uma moral se dá através de mitos, símbolos, heróis, personagens carismáticos. As táticas envolvem três linhas: adesão, manutenção dos adeptos e construção dos objetivos (GOHN, 1997p.32).

O grupo entrevistado argumenta que, o objetivo do movimento é acabar com a injustiça que o povo sulista sofre com a ausência de investimentos na região em favorecimento a outras regiões do país. Para eles a ineficiência da administração do estado brasileiro, a corrupção endêmica, a desigual representação do sul na câmara federal, são fatores que encorajam o grupo a pedir a separação.

Nas respostas dos respondentes, estas questões aparecem com recorrência na justificativa de criação de identidade que impulsiona a adesão ao movimento. Aqui fica evidente a construção das oposições que legitimarão as principais pautas do movimento, construídas a partir da relação nós/eles, sul/nordeste, desenvolvimento/atraso, etc.

Nesse contexto, o movimento elucida os principais argumentos para fugir do “Imperialismo de Brasília”, que se baseiam em três fatores principais descritos na *Carta de princípios* do movimento e elencados pelas entrevistas feitas. O *fator político*: diz respeito a uma representatividade federal desproporcional da região sul com relação ao

norte e nordeste do país. O artigo 45 da Constituição Federal determina que o número de deputados e senadores seja feita pelo número de habitantes de cada estado, e as regiões norte e nordeste do país tem uma população maior que a dos estados do sul, para que tenha um equilíbrio de representatividade, se tem mais habitantes tem que ter mais representantes. Isso faz, segundo o movimento, o sul sofrer com o descaso de Brasília, tendo seus anseios jogados para um segundo plano.

Para os entrevistados, o fator econômico também se mostra relevante. Para parte deles “há uma sangria tributária da região sul, que beneficia oligarquias e políticas clientelistas na região norte e nordeste com a divisão dos tributos, que prejudicam a própria população daquelas regiões, relegado a quase inexistência de investimento na região sul”.

Por fim, mas não menos importante, o *fator cultural*: o movimento ressalta que “a população Sulina hoje é de cerca de 25 milhões de pessoas, de origem europeia, miscigenada ao africano, ao americano nativo e ao asiático. Esta miscigenação que absorveu cultura, costumes e tradições de quatro continentes, moldando um perfil que é peculiar do sulino”.

Essas ideias são difundidas de forma massiva nas redes sociais, sites e palestras feitas nos três estados. Alexandre Andrade Sampaio e Luís Renato Vedovato (2016), elucidam que isso é fruto da insatisfação da política feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na região sul, uma vez que elas se revelam nos resultados nas urnas, já que em nenhum dos três estados do sul o candidato Ptista obteve mais votos do que o candidato do PSDB.

Além disso, Andrade e Vedovato (2016), argumentam que, as alegações feitas pelo movimento separatista têm um viés preconceituoso com relação as regiões norte e nordeste. Quando os separatistas falam sobre a transferência de dinheiro que se dá através de programas sociais para as regiões norte e nordeste, onde 25% da população é beneficiária, devido à baixa industrialização das regiões e o alto índice populacional, os separatistas argumentam que isso reforça as políticas clientelistas e aumentam a sangria tributaria sofrida pela região sul. Segundo os autores:

No entanto, o tipo de distinção cultural que os secessionistas afirmam existir entre eles e a população do norte e nordeste baseia-se unicamente no preconceito e serve apenas como prova de que suas razões para a secessão são de natureza exclusivamente econômica. Como mencionado, secessionistas e seus defensores argumentam que muitas pessoas das regiões norte e nordeste confiam nos benefícios do estado porque eles são

culturalmente diferentes como eles e preferem implorar do que trabalhar (SAMPAIO; VEDOVATO, 2016 p.3).

A distinta forma cultural que os separatistas argumentam existir, se baseia unicamente no fator econômico, uma vez que eles enfatizam, que as regiões norte e nordeste preferem implorar benefícios do que trabalhar, e que a região sul e sudeste, é feita de um povo trabalhador e ordeiro, isso revela o caráter preconceituoso que esses movimentos possuem. Esses argumentos se assemelham aos da Lega Nord na Itália, uma vez que as diferenças econômicas do norte e sul da Itália são justificadas pela diferença cultural dessas regiões, no norte há uma forte ética do trabalho o que explicaria a economia forte dessa região, e no sul só há um desejo de reivindicar recursos do governo, deixando essa região atrasada e cliente do governo (SAMPAIO, VEDOVATO, 2016 p.8).

4.1 RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO.

Após pouca fomentação do ideário separatista nos últimos 20 anos, a crise política de 2013 reacendeu a chama separatista. Deucher analisa a ocasião como sendo um momento apropriado a pensar uma alternativa a Brasília. As pesquisas feitas pelo movimento naquele período revelam que a ideia separatista no sul estava tendo mais aceitabilidade, saltando de 52% de aprovação para 70%, até chegar a 95% de aprovação que culminou no Plebisul (plebiscito realizado pelo movimento em 2016).

Nesses momentos de crises janelas políticas são abertas, ideias e alternativas são colocadas em evidencia, como é explicitado pelo modelo de *multiple streams*, de John Kingdon (1995), onde o autor faz uma analogia ao processo biológico de seleção natural. Assim as ideias a respeito de soluções geradas em comunidades seriam como moléculas flutuando em um caldo primitivo, neste caso, de ideias políticas. Neste caldo, algumas ideias sobrevivem intactas, outras se confrontam e combinam em novas ideias e outras são descartadas. As comunidades são compostas por especialistas, pesquisadores, assessores, acadêmicos, funcionários públicos e analistas pertencentes a grupos de interesse. Quando uma questão é percebida como viável, ela é difundida rapidamente ampliando a consciência dos atores sobre essa ideia.

Tanto para Deucher, como para as demais lideranças, abriu-se uma janela favorável a circulação das ideias separatistas no sul a partir da crise política de 2013. A crise representa um momento de questionamento dos fundamentos políticos que pode ser vinculado a elementos que compõe a

pauta de objetivos defendidos pelo movimento. As ideias já estariam em circulação, mas com baixa capacidade de representação legítima junto a população, quadro que se reverte com a crise.

Da mesma forma, a janela de oportunidades amplia as possibilidades de vinculação dos problemas a uma agenda política específica, como o surgimento de uma nova administração que se preocupe com o problema em questão, mudando o clima político-nacional e trazendo soluções e problemas à tona. Mas as janelas não se abrem de forma prevista. Muitas vezes elas se dão de forma imprevista, como uma eleição tumultuada ou crises internas na cúpula de governo. Outro fator a levar em conta é a escassez de oportunidade de janelas e a rapidez em que elas aparecem e desaparecem (KINGDON, 1995 p.229).

O segundo tipo de explicação para a alta ou baixa importância de um tema na agenda está no fluxo da política. Independentemente do reconhecimento de um problema ou do desenvolvimento de propostas políticas, eventos políticos fluem de acordo com dinâmicas e regras próprias. Participantes percebem mudanças na atmosfera política nacional, eleições trazem novos governos e novas configurações partidárias ou ideológicas, ao Congresso, e grupos de interesses de vários tipos pressionam o governo com suas demandas (KINGDON, 1995 p.229).

Os desdobramentos na esfera política são fortes formadores de uma agenda, por meio da persuasão, os atores buscam consolidar suas agendas, através de uma troca de favores, formando alianças. A combinação de uma vontade nacional, com os interesses do governo é um forte formador de agenda, assim, o governo consegue barrar os interesses que não estão de acordo e colocar em votação os que estão de acordo com sua vontade (KINGDON, 1995 p.229).

Um grupo de participantes “invisíveis” e “visíveis” fazem parte da formação de uma agenda política. “Os atores visíveis, são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, inclui o presidente e seus assessores de alto escalão, importantes membros do congresso, a mídia e atores relacionados ao processo eleitoral” (KINGDON, 1995 p.230). O grupo de atores invisíveis inclui acadêmicos, burocratas de carreira, e funcionários do congresso. O grupo de atores visíveis define a agenda e os invisíveis tem maior influência na escolha de alternativas, dessa forma se uma agenda for levada pelo grupo visível tem mais chances de ganhar visibilidade pois, o presidente, membros do

congresso e mídia, colocam-na em evidência para o público em geral (KINGDON, 1995 p.230).

As entrevistas realizadas revelaram uma ausência de apoio político para a causa separatista. Mesmo que o movimento argumente que esse não é o objetivo da causa, ter políticos envolvidos, pois isso tiraria o caráter popular do movimento, já que a imagem dos políticos de diferentes correntes ideológicas está marcada pela corrupção, nenhum político da região sul levanta a bandeira separatista ou mesmo é indicado como tendo pensamento em sintonia com o movimento. Essa ausência de apoio é um dos entraves que o movimento enfrenta e um dos explicativos para a mobilização do recurso do plebiscito como fonte da ampliação em busca da transformação. Não tendo nenhum interlocutor dentro da casa legislativa o movimento perde a possibilidade de ampliar os laços fortes da rede, conectando suas pautas a atores com uma ampla gama de relacionamentos, fragilizando suas ideias no debate nacional.

Além disso, o movimento eclode da sociedade civil organizada, mas tem pouca adesão, já que no plebiscito realizado atingiu pouco mais de 600 mil pessoas, dentro de uma população de mais de 7 milhões de habitantes. O movimento sul é meu país, pode ser caracterizado como um movimento específico, pois contém certas características desse tipo de movimento, como salienta Gohn (1997):

Os movimentos específicos representam as motivações de descontentamento, esperanças e desejos despertadas pelos movimentos genéricos, mas com metas e objetivos bem definidos, organizados em estruturas, constituindo-se como uma sociedade. Movimentos reformistas e revolucionários são típicos dessa categoria, tem uma trajetória evolutiva em que a inquietação individual e popular fazem parte além de uma formalização e organização (GOHN, 1997 p.32).

O movimento também se articula com outros movimentos separatistas do Brasil e do mundo. Segundo Deucher, o movimento Sul é meu País tem relações com o movimento São Paulo Livre, Amazônia Livre, Espírito Santo Livre e Nordeste livre, bem como movimentos do Quebec no Canadá e da Catalunha, Deucher salienta que no Brasil eles são referência devido a sua estrutura organizacional e pelos feitos até então conquistados. Mas essa articulação com os outros movimentos é muito fraca, não passando de apenas de “amigos de ideias”, não tendo nenhuma relevância estrutural e de articulação que poderia fazer pressão na arena política. Esse é outro ponto fraco do movimento, uma vez que

as redes de articulação são fundamentais para a penetração de seus ideais no tecido do estado, como salienta Marques:

A transformação e produção do tecido do Estado se dá através das redes entre pessoas e organizações que estruturam internamente as organizações estatais e as inserem em seus ambientes mais amplos, assim os contatos institucionais são canalizados por contatos pessoais que se apoiam em padrões de relações preexistentes, canalizando apoios, informações, alianças e a formação de projetos, visões e percepções (MARQUES, 2006 p.22).

Esses entraves evidenciados colocam o prosseguimento da causa em xeque, mas o movimento se apoia de outros mecanismos políticos como veremos a seguir.

4.2 OS MECANISMOS POLÍTICOS

O movimento busca uma separação pacífica, baseada no diálogo com as instituições, nas entrevistas realizadas aparecem repetidas vezes do conceito de autodeterminação dos povos sendo este o argumento central que sustenta a ideia separatista. O conceito de autodeterminação dos povos nasceu como um conceito antes de ter relevância jurídica. Após a primeira guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações, muitos territórios foram formados com a fragmentação dos Impérios Austro-húngaro e Russo, essas regiões se encontravam sem nenhum estado mandatário. Com o intuito de combater a colonização e dar autonomia a essas regiões o conceito de autodeterminação dava a esses novos estados possibilidades de se organizar como nações (BIAZI, 2016).

Na carta de princípios do movimento, o grupo se fundamenta juridicamente nas resoluções do Art. 4, item III, (Direito a autodeterminação dos povos), no Art. 5, itens IV, VII, XVI, XVII, XIX, XXI (Direito e liberdade de pensamento e direito de organização para expressar e divulgar o pensamento) da Constituição Federal e nas Resoluções das Nações Unidas especialmente na Resolução 1514 (XV). Dessa forma o grupo busca consolidar seu pensamento no âmbito jurídico, além de firmar compromisso com a democracia, buscando formas pacíficas para o desmembramento da região e contra qualquer tipo de discriminação, seja ideológica, racial, cultural e religiosa (SUL, 2017).

Os separatistas argumentam que vivem sob a *colônia* do estado brasileiro, onde todo seu esforço é usurpado e são relegados ao descaso,

tendo seus anseios por investimento colocados em segundo plano, em detrimento as regiões norte e nordeste. Andrade e Vedovato (2016) argumentam que, esse princípio se aplica a regiões que foram colonizadas, no caso o Brasil foi colonizado por Portugal e no processo de descolonização a região sul já estava anexada ao Brasil, não cabendo o argumento de que o sul é colonizado por Brasília. Além disso, a região sul teria que ser colonizada por uma Metrópole etnicamente distinta e governada por um território geograficamente distante, que no caso não ocorre.

A UNESCO elencou alguns fatores para o processo de desmembramento territorial: Histórico comum, tradição, homogeneidade cultural, unidade linguística, afinidade religiosa ou ideológica e vida econômica comum. Para um grupo ser classificado a ter direito a autodeterminação, o território deve ser composto por uma etnia e sua cultura dependam exclusivamente da região em que habitam, e mais, o estado em que vivem o povo que busca a separação, deve restringir os direitos humanos de forma sistemática, e no caso em questão isso não ocorre, pois, a justificativa do movimento é a má distribuição de recursos econômicos que relegam a região sul a “penúria”. A justificativa econômica da má distribuição reforça ainda mais o caráter preconceituoso do movimento, uma vez que, a distribuição de recursos para as regiões menos desenvolvidas visa diminuir a desigualdade social e a erradicação da pobreza nessas regiões (ANDRADE; VEDOVATO 2016).

Além de buscar a separação por meio do conceito de autodeterminação dos povos, o movimento em questão, no dia 7 de outubro de 2016 realizou um plebiscito que atingiu 616.917 pessoas na consulta, onde 95% votou a favor da separação. O Estado que contou com a maior adesão foi o Rio Grande do Sul, onde 97,21% dos 320.280 gaúchos votantes optaram pelo desmembramento (SUL, 2017). Nas palavras dos principais líderes, o plebiscito tem como função “chamar a atenção do povo sulista para a causa”, “reacender a chama de luta de seus antepassados”, e que, “embora não tenha peso legal, contribuiu para que as pessoas perceberem que é possível pensar na possibilidade de outro país”, “servir de base de dados para os passos seguintes” e “perceber através do plebiscito como a nossa mensagem está chegando a população afim de avaliar nosso trabalho, motivando a imprensa a noticiar e com isso alcançar outras camadas da sociedade”.

Nesse contexto, pode-se verificar que o plebiscito realizado pelo grupo além de buscar uma visibilidade nacional para a causa, ele também serve para avaliar o desempenho midiático de difusão da ideia separatista realizada pelo grupo, inculcar a ideia através de apelos a um passado de

lutas, e dizer que esse sentimento já faz parte de todo sulista, mesmo se o indivíduo não tenha conhecimento histórico das lutas ou alguma vez detectou esse sentimento em si mesmo. A finalidade do plebiscito é muito mais de comunicação e de inculcação ideológica, do que efetivamente, função política.

O desempenho midiático do movimento é outro fator a levar em consideração, já que os 10 entrevistados conheceram o movimento pelas mídias sociais e site do movimento, como evidenciado pela fala de um dos entrevistados: “Conheci o Movimento através do Facebook, por postagens feitas pelo Sr. Celso Deucher. Me identifiquei pelas ideias de estado menor, municipalismo, descentralizar o poder valorizar as culturas e tradições da nossa gente, do livre mercado”, e hoje eles ocupam lugares de comando dentro do movimento.

Outro mecanismo que o movimento utiliza para a entrada na arena política é o PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular), através de um número mínimo de assinaturas da população dos três estados, cerca de 1% ou seja 1 milhão de assinaturas, o movimento tem como objetivo:

Formalizar e organizar a união e a cooperação regional que já existe de fato. Entendemos que esta região tem grande potencial em diversas e importantes áreas, seja do conhecimento humano, da economia, dos recursos naturais ou ainda cultural e que, o Estado brasileiro, tem trabalhado para nos desunir e muitas vezes explorar, tratando-nos como simples colônias estaduais. Trata-se também da união de um povo que não é melhor ou pior, nem mais, nem menos que outros povos de outras regiões, apenas diferente e que quer um futuro melhor para si e para os seus semelhantes. Afinal, temos virtudes que precisam ser preservadas e ampliadas, bem como exercitadas por este coletivo humano, cujo desejo de liberdade e autodeterminação, é parte inseparável da nossa história (CARTA DE PRINCÍPIOS;2016).

Mas essas questões não impedem o movimento de sonhar, as entrevistas revelaram que possivelmente em um futuro próximo, o movimento lançará candidatos próprios, que defenderam a causa separatista nas esferas do poder. Levando em consideração o número de votantes nos três estados, mais de 600 mil, poderiam eleger uns 2 deputados federais em cada estado e pelo menos dois senadores nos três

estados. O plebiscito como instrumento de inculcação ideológica, pode render frutos políticos, já que sua efetividade na atualidade é baixa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de estudar o movimento separatista *Sul é meu País* se deu pelas constantes manifestações de símbolos do movimento aqui no sul do país, especialmente nas cidades do vale do Itajaí. Após a organização do plebiscito em 2016, percebi que o grupo estava se articulando politicamente, mobilizando instrumentos da democracia participativa, dessa forma, decidi escrever a presente monografia.

Busquei analisar o movimento separatista por dentro, suas articulações, mecanismos políticos mobilizados, motivações separatistas, afim de saber como se dará a entrada do movimento na agenda política. A falta de representantes na esfera política, sua fraca rede de relações e baixa adesão da população sulista, são os principais entraves da empreitada separatista por essas vias. Mas o lançamento de futuros candidatos, poderá levar esse debate ao âmbito nacional.

Por fim, as possíveis pesquisas sobre essa temática poderão se deparar com uma possível bancada separatista no congresso nacional, e a presente monografia poderá auxiliar a entender como esse percurso se consolidou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: Revendo os fundamentos do conceito. Revista Informação e Informação, Londrina, v. 12, n. 0, p.1-12, maio 2007.

AMENDOLA, Gilberto. Separatistas fazem consulta no Sul do País. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,separatistas-fazem-consulta-no-sul-do-pais,70002028132>>. Acesso em: 2 maio 2018.

BERCITO, Diego. Saiba mais sobre os principais movimentos separatistas em atividade. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1925792-saiba-mais-sobre-os-principais-movimentos-separatistas-em-atividade.shtml>>. Acesso em: 1 maio 2018.

BIAZI, Chiara. O PRINCÍPIO DE AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS DENTRO E FORA DO CONTEXTO DA DESCOLONIZAÇÃO - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2015v67p181. Revista da Faculdade de Direito da Ufmg, [s.l.], n. 67, p.181-212, 27 jun. 2016. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. <http://dx.doi.org/10.12818/p.0304-2340.2015v67p181>

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. 1300 p. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e governança das políticas públicas. Revista de Pesquisa de Políticas Públicas, Brasília, v. 5, n. 1, p.1-27, jul. 2013.

CAPELLA, Ana Cláudia N.. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 61, n. 1, p.25-53, jan. 2006. Semestral.

FORNAZIERI, Aldo. Plebiscito e Referendo na história do Brasil. 2013. Disponível m: <http://www.fespsp.org.br/noticia/plebiscito_e_referendo_na_historia_d_o_brasil>. Acesso em: 2 jun. 2018.

GOHN, Maria da Gloria. As teorias clássicas sobre as ações coletivas. In: GOHN, Maria da Gloria. Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997. p. 23-338.

GOHN, Maria da Gloria. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. Unicamp, Campinas, v. 5, n. 1, p.1-19, maio 2011.

LOUREIRO, Gabriela. As diferenças - e semelhanças – entre o separatismo do sul do Brasil e o da Catalunha. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41741975>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

LUVIZOTTO, CK. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

HADDAD, Eduardo Amaral; FERREIRA NETO, Amir Borges; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. Fragmentação geopolítica: uma análise estrutural das propostas de separatismo no Brasil. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 16, n. 4, p.531-566, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502012000400001>.

MACEDO, Eder Bernardino Cordova. “**CRISE - A EMERGÊNCIA DO SEPARATISMO NO SUL DO BRASIL**”. 1995. 57 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: Aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 69, p.15-41, fev. 2006.

MOSER, Sandro. Após 20 anos, movimento “O Sul é o Meu País” volta a se organizar. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apos-20-anos-movimento-o-sul-e-o-meu-pais-volta-a-se-organizar-7jzxgjxm9hzh5d9g0y897cc3y>>. Acesso em: 1 maio 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, [s.l.], v. 21, n. 1, p.109-130, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO).

SUL é meu País. Disponível em: <www.sullivre.org>. Acesso em: 13 jun. 2017

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition.

Harper Collins College Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume

1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246).

ANEXO

ANEXO 1 – QUEBRA-CABEÇA MÚNDI

QUEBRA-CABEÇA MÚNDI

Alguns dos movimentos separatistas ativos pelo mundo e os últimos países a serem criados

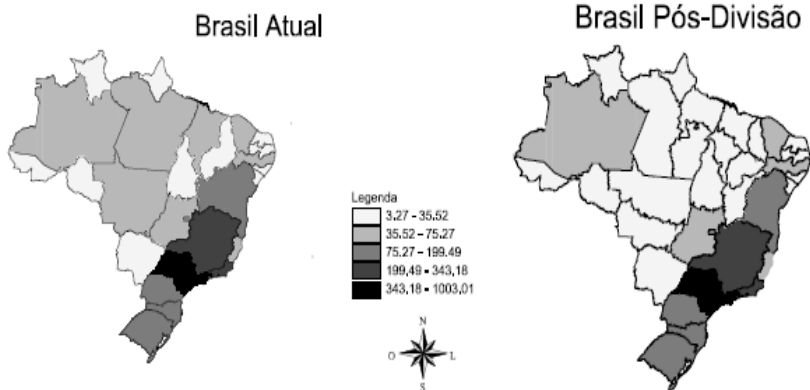
 Últimos países a serem criados (ano de criação)

 Movimentos separatistas



* País tem reconhecimento internacional limitado



ANEXO 2 -

ANEXO 3 - DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DA INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS

Resolução 1514 (XV) da Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1960.
A Assembléia Geral,

Levando em consideração que os povos do mundo proclamaram na Carta das Nações Unidas que estão decididos a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre os homens e as mulheres e das nações grandes ou pequenas, e a promover o progresso social e a elevar o nível de vida dentro de um conceito amplo de liberdade,

Consciente da necessidade de criar condições de estabilidade e bem-estar e relações pacíficas e amistosas baseadas no respeito aos princípios de igualdade de direitos e à livre determinação dos povos, e de assegurar o respeito universal dos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos sem fazer distinção por motivo de raça, sexo, idioma ou religião, e a efetividade de tais direitos e liberdades, Reconhecendo o fervoroso direito que todos os povos possuem dependentes e o papel decisivo de tais povos na conquista de sua independência,

Consciente dos crescentes conflitos que surgem do ato de negar a liberdade a esses povos e de impedi-la, o qual constitui uma grave ameaça à paz mundial,

Considerando o importante papel que corresponde às Nações Unidas como meio de favorecer o movimento em prol da independência em territórios ocupados e em territórios não autônomos,

Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações,

Convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas,

Afirmando que os povos podem, para seus próprios fins dispor de suas riquezas e recursos naturais sem prejuízo das obrigações resultantes da

cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo e do direito internacional,

Acreditando que o processo de liberdade é irresistível e irreversível e que a fim de evitar crises graves, é preciso pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação que o acompanham,

Celebrando que nos últimos anos muitos territórios dependentes tenham alcançado a liberdade e a independência e reconhecendo as tendências cada vez mais poderosas em direção à liberdade que se manifestam nos territórios que não tenham obtido ainda sua independência,

Convencida de que todos os povos têm o direito inalienável à liberdade absoluta, ao exercício de sua soberania e à integridade de seu território nacional, Proclama solenemente a necessidade de pôr fim rápido e incondicional ao colonialismo em todas as suas formas e manifestações;

Declara que:

1. A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial;
2. Todos os povos tem o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
3. A falta de reparação na ordem política, econômica e social ou educativa não deverá nunca ser o pretexto para o atraso da independência.
4. A fim de que os povos dependentes possam exercer de forma pacífica e livremente o seu direito à independência completa, deverá cessar toda ação armada ou toda e qualquer medida repressiva de qualquer índole dirigida contra eles, e deverá respeitar-se a integridade de seu território nacional.
5. Nos territórios, sem condições ou reservas, conforme sua vontade e seus desejos livremente expressados, sem distinção de raça, crença ou cor, para lhes permitir usufruir de liberdade e independência absolutas.
6. Toda tentativa encaminhada a quebrar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
7. Todos os estados devem observar fiel e estreitamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos

e da presente declaração sobre a base da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos dos demais Estados e do respeito aos direitos soberanos de todos os povos e de sua integridade territorial.

ANEXO 4 - ROTEIRO DE PERGUNTAS AOS LÍDERES DO MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS

- 1-Como conheceu o movimento e o que te atraiu a lutar pela causa?
 - 2-Quais as principais lideranças que você conhece do movimento?
 - 3-De que forma você participa?
 - 4-Quais os principais objetivos do movimento?
 - 5-Você acha que o movimento conta com apoio de políticos, seja no estado ou em Brasília?
 - 6-O movimento se articula com outros movimentos ou instituições? Quais?
 - 7-Você acredita em uma possível separação pacífica dos estados do sul. Porque?
 - 8-Qual o papel do plebiscito organizado pelo movimento?
- Escreva seu nome, idade, escolaridade, religião (se tiver uma) e profissão